

Congresso reabre para votar 15 temas prioritários

Com a missão de votar 15 projetos prioritários e o Orçamento Geral da União de 1993, os deputados e senadores retomam hoje o trabalho com previsão de recesso apenas a partir de 10 de fevereiro. Durante a convocação extraordinária, feita pelo presidente Itamar Franco, o Congresso deverá ainda incluir outros projetos na pauta de votação, dependendo das negociações entre os partidos. O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) deverão se reunir amanhã para determinar a pauta completa da convocação extraordinária.

Ainda amanhã, os líderes partidários pretendem começar a discutir as modificações ao projeto de ajuste fiscal, considerado prioritário pelo governo. Junto com a reforma fiscal, os deputados e senadores terão de definir as novas regras para o refinanciamento da dívida dos estados e municípios com a União. O projeto de modernização dos portos aguarda sua segunda e última votação na Câmara, depois de ter sido modificado pelo Senado.

O Congresso reabre suas portas dominado pela discussão sobre a definição do sistema de governo. Presidencialistas e parlamentaristas terão de regulamentar a emenda constitucional número 2, que marcou para 21 de abril deste ano a realização do plebiscito nacional sobre o tema, inicialmente previsto para ocorrer apenas em setembro. Setores da sociedade civil e do próprio Congresso defendem a anulação da emenda para que seja mantido o

texto original das Disposições Transitórias da Constituição. Se essa tendência, hoje minoritária, ganhar adeptos, o plebiscito só será realizado no segundo semestre.

Voltam também à pauta do Congresso questões pendentes há anos, que dividem ao meio os partidos políticos: a regulamentação da desapropriação de terras para efeito de reforma agrária, a isonomia de salários para funcionários públicos e as novas regras para a privatização. Os projetos de lei que regulamentam as novas funções da Advocacia-geral da União e do Ministério Público Federal.

Na pauta das discussões, a maioria das matérias é de natureza econômica. Apesar da urgência reclamada por muitos setores na definição dessas questões, nada garante que o Congresso as apreciará rapidamente. Em defesa da lentidão da votação dessas propostas, a maioria dos parlamentares argumenta que são projetos complexos, sujeitos às mais variadas pressões da sociedade. O amplo acordo partidário pretendido pelo presidente Itamar Franco, entretanto, poderá acelerar as votações.

De todos os projetos, o da reforma fiscal é o mais importante, pois o governo depende dele para estabilizar a economia e retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Muitos parlamentares têm criticado a eficácia da reforma fiscal, pois acham que governadores de Estado e prefeitos pretendem obter concessões do Governo em troca de apoio. Outros acham que a reforma sacrificará ainda mais o consumidor com o aumento da carga tributária.